

Cortes: agora é a vez do Congresso.

A URP dos servidores públicos poderá voltar a ser congelada no próximo ano. E, desta vez, com a aprovação do Congresso Nacional. É que pela proposta de Orçamento Geral da União para 89 encaminhada ontem pelo Executivo ao Legislativo, as despesas com a folha de pessoal não poderão exceder, em hipótese alguma, a 65% da receita líquida da União. E mais: se esse importante item da proposta for aprovado, na eventualidade dos gastos ultrapassarem aquele limite, além de congelar o pagamento da URP o governo também poderá demitir funcionários ou adotar qualquer outro mecanismo para reduzir a folha.

O cuidado em fixar o limite de gastos com pessoal na lei orçamentária está dentro do princípio geral de que o déficit do setor público no ano que vem não deverá ultrapassar 2% do PIB. Apesar dessa preocupação, constante na proposta orçamentária e acertada com os credores internacionais e o FMI, o documento enviado ontem ao Congresso deixa um rombo que pode chegar a até 3,75% do PIB, portanto acima da meta de 2%. Para fechar nos 2%, o governo terá que fazer um enorme esforço para aumentar a receita e cortar as despesas. Mesmo com as previsões de seus técnicos de que o PIB crescerá 1% este ano e 4% em 89.

Para se ter uma idéia clara do que representará esse esforço adicional (as medidas terão que ser adotadas até o final do ano), a chamada Operação Desmonte cortou despesas da União em 1% do PIB, o equivalente a cerca de Cz\$ 700 bilhões. Para chegar ao corte de mais 1,5%, estão na mira do governo os cortes nos incentivos e isenções, que chegam no total a exatamente 1,5% do PIB, mas que, por interesse da política econômica, não poderão ser integralmente



Abreu entrega o orçamento a Lucena.

suprimidos. Além disso, o governo pretende reduzir subsídios e aperfeiçoar a máquina arrecadadora para combater a sonegação fiscal.

O ministro João Batista de Abreu acha que é perfeitamente possível chegar ao ajuste para conter o déficit em 2%, conforme o prometido e proposto no orçamento. Mas na proposta que enviou ao Congresso, o governo já faz um corte de Cz\$ 140 bilhões no orçamento de crédito.

Os números

O orçamento prevê uma despesa de Cz\$ 10,052 trilhões. So-

mente as despesas com pessoal e outros encargos chegarão a Cz\$ 2,47 trilhões, o equivalente a 24,6% da despesa orçamentária. Os dispêndios com amortização e encargos da dívida interna e externa chegam, de acordo com a proposta, a Cz\$ 2,3 trilhões. Os encargos financeiros da União totalizarão Cz\$ 2,4 trilhões.

Para bancar essas despesas de Cz\$ 10,052 trilhões, o governo conta com uma receita de Cz\$ 5,9 trilhões. Deduzindo outras transferências, a receita líquida da União cai para Cz\$ 3,8 trilhões. Para fechar o orçamento, o governo terá de colocar o equivalente a Cz\$ 3,8 trilhões em títulos sob a responsabilidade do Tesouro e Cz\$ 244 bilhões em outras operações de crédito.

O Ministério da Educação foi aquinhoadado com a maior parcela de orçamento: Cz\$ 666,6 bilhões, do total de Cz\$ 10,052 trilhões. O que menos gastará, pela proposta, será o Tribunal de Contas da União, com Cz\$ 2,7 bilhões. A Câmara dos Deputados receberá uma dotação de Cz\$ 44,9 bilhões e o Senado Federal Cz\$ 47,3 bilhões.

Como o orçamento será apreciado de acordo com os preceitos da nova Constituição, pela primeira vez na História os parlamentares terão a responsabilidade de decidirem sobre seus próprios proventos. Ao contrário da Constituição atual, que não permite emendas (o Congresso aprova ou rejeita a proposta em sua íntegra), agora os parlamentares poderão modificar a proposta do Executivo. "Chegou a hora de verificar se os parlamentares vão fazer valer o princípio ético de não decidir em benefício próprio", comentou o deputado Cesar Maia (PDT-RJ), vice-presidente da Comissão Mista de Orçamento do Congresso.